

Contratação Pública de Empreitadas – Formação Inicial: Regime Jurídico e Prática Procedimental

 Carlos Batalhão

 450,00€

 13, 14, 16 e 17 de outubro

 14 horas



Detalhes do Curso:



13, 14, 16 e 17 de Outubro



14 horas (4 sessões x 3h30m)



A definir.



Carlos Batalhão



Enquadramento:

Empreitadas de Obras Públicas é um tema central na Contratação Pública.

Com a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, introduziram-se alterações importantíssimas ao Código dos Contratos Públicos (CCP), na então redação resultante da Revisão de 2017 e que havia transposto as Diretivas de 2014.

Entretanto, em finais de 2022 surgiram novas alterações ao Código, estas mais “cirúrgicas”, obrigando todos aqueles que trabalham no mercado das compras públicas a uma atualização “permanente”.

Tendo presente de que “não há compras sem procedimento”, é essencial conhecer todas estas alterações legislativas, com importância quer em sede de formação do contrato (parte procedimental), quer em sede de execução do contrato de empreitadas de obras públicas, pelo que, tendo em conta os desígnios da profissionalização recomendado pela Comissão Europeia, procuramos neste Curso visitar os principais impactos práticos das normas legais que se impõe respeitar.

CONSÓRCIO



Objetivos:

Conhecer as principais regras do CCP e outras que envolvem os contratos de Empreitadas de Obras Públicas, passando pelas 3 fases em que se desdobra a contratualização Pública.

Metodologia

- Formação em plataforma on-line;
- Método expositivo, centrado na transmissão oral dos conteúdos;
- Método demonstrativo, centrado na explicação e demonstração de tarefas seguida da realização de exercícios práticos.

Destinatários:

Técnicos que intervenham na fase de formação de contratos de empreitadas de obras públicas, quer na perspetiva das entidades adjudicantes quer na perspetiva dos operadores económicos, e que pretendam obter e ou reforçar conhecimentos na matéria, com acesso a linguagem simples e com recurso a exemplos práticos.

CONSÓRCIO

Conteúdos Programáticos:

As 3 fases da Contratação Pública

A Fase 1: preparação da contratação e do procedimento

- a)** A importância da 1.ª fase e sua ligação umbilical às demais: pensar bem as peças do procedimento;
- b)** A contratação pública e o contracting out;
- c)** A consulta preliminar ao mercado: distorção da concorrência?;
- d)** Nem só do CCP vive a contratação pública;
- e)** O preço anormalmente baixo: inovação contra jurisprudência;
- f)** A Escolha do procedimento pré-contratual:
 - Tipologia de Procedimentos e critérios de escolha;
 - O critério geral do valor do contrato;
 - Alguns critérios materiais em especial – breve referência e avisos;

CONSÓRCIO



Conteúdos Programáticos:

As 3 fases da Contratação Pública

g) Algumas fundamentações...

- A decisão de autorização da despesa;
- A decisão de contratar;
- A decisão de escolha do procedimento;
- A decisão do preço base;
- A decisão do preço anormalmente baixo;
- A decisão de fracionamento do contrato;

CONSÓRCIO



Conteúdos Programáticos:

A Fase 2: os procedimentos pré-contratuais

a) Cuidado com os fracionamentos da despesa e do contrato:

- Princípio da unidade da despesa;
- Divisão por lotes (sempre?);
- Adjudicação por lotes: dever de fundamentação;

b) Cuidado com os convites: os concorrentes:

- Impedimentos e proibição de participação;
- O artigo 113.º, n.º 2;
 - Entidades especialmente relacionadas entre si: inovação contra jurisprudência - artigo 113.º, n.º 6 (e 114.º, n.º 2);
- Agrupamentos nas consultas prévias (117.º);
- O novo artigo 54.º-A;

c) Documentos que devem instruir as propostas;

d) Peças procedimentais – breves notas sobre o CE de Empreitadas;

e) A vigência dos contratos em procedimentos fechados;

f) A importância do CE e do plano de trabalhos;

g) A importância do prazo contratual;

CONSÓRCIO



Nota Biográfica do(a) Formador(a):

Carlos José Batalhão

Advogado, com inscrição na Ordem dos Advogados desde 1994.

Especialista em Direito Administrativo, desde 23 de Março de 2006.

Licenciado em Direito, pela Universidade Católica Portuguesa (Porto)
Mestre em Direito, pela Universidade Católica Portuguesa (Porto).

Pós-graduado em "Direito Administrativo e Administração Pública" pelo ISTE - Instituto Superior de Técnicas Empresariais.

Pós-graduado em "Direito das Autarquias Locais", pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Investigador do NEDAL (Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais), da Universidade do Minho.

Membro da Direção da AEDREL (Associação de Estudos de Direito Regional e Local).

Autor de várias publicações, entre as quais Manual Prático de Contratação Pública – Os procedimentos fechados em particular e Código do Processo nos Tribunais Administrativos – Anotações Práticas (Coordenação).

Formador.

Docente convidado em algumas instituições do ensino superior (politécnico e universitário).

CONSÓRCIO



Entidade Adjudicatária para Formação
Líder do Agrupamento CIA Academy & CEACP

CIA - Competence Institute and Academy, Unipessoal Lda.

NIPC 514 201 479

R Dom João V - Centro de Escritórios LEAP, 24

1250-091 Lisboa

Tel: +351 211 941 003

www.ceacp.pt

formacao@ceacp.pt

CONSÓRCIO



CONSÓRCIO



Os seus Parceiros da Administração Pública para Alcançar a Excelência!

Profissionais em Formação! Especialistas em Contratação Pública!